

“A questão de eu ser mulher”:

gênero, memória e a luta contra a ditadura civil-militar brasileira no Ceará (1964-1985).

RAQUEL CAMINHA ROCHA¹

“Mamãe Iracema hoje é teu dia. / É o dia de todas as mães do povo. / Tu debes pensar em todas estas mães. / Elas também são corajosas e fortes, / Pois enfrentam duras provas. / Tu, neste dia, debes te alegrar! / E debes decidir dedicar toda tua vida / Para que um novo amanhã surja, / Um novo sol brilhe / E todas as mães possam ser felizes! / Hoje, mamãe Iracema, minha companheira, minha esposa, / Eu te desejo longa vida, plena vitalidade, / Pois tu és uma filha do povo! / E decidiste servir de todo o coração, / Durante toda a tua vida / Ao nosso povo querido bom e simples.”²

Este poema foi escrito em comemoração ao dia das mães de 1972 por Manoel para sua esposa Iracema que estavam vivendo com seus dois filhos na clandestinidade, devido à perseguição perpetrada pela ditadura civil-militar implantada no Brasil em 1964, em Campina Grande (PB). A composição demonstra as ações e emoções relacionadas às atividades femininas do cuidar, incluídas na maternidade, e ressalta a opção política, feita por Iracema, de participar da construção de um novo país em contraposição à realidade imposta pelo regime militar. Nos relatos de conflitos, geralmente, ocorre uma distinção entre campo de batalha e *front* doméstico, combatentes e não-combatentes, defensores e defendidos e, portanto, entre homens e mulheres. No entanto, o poema demonstra como esses papéis tradicionais estavam sendo reavaliados, neste caso específico, através de uma reapropriação do espaço público pelas mulheres através da participação política (SALVATICI, 2005: 39).

Através da análise da documentação oficial que trata da perseguição política, jornais, cartas, livros, declarações de parentes e amigos, e, principalmente, depoimentos e entrevistas realizadas com os participantes dos movimentos de oposição ao regime militar foi possível atentar para o modo como estas fontes foram constituídas, marcada por conflitos e tensões de poder, onde a perspectiva das relações de gênero se mostra viva e atuante.

¹ Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará

² O referido poema foi obtido junto ao casal, Iracema Serra Azul da Fonseca e Manoel Dias da Fonseca Neto, em agosto de 2011, no momento da entrevista.

Compreendemos que durante o período ditatorial no Brasil desenvolveu-se uma intensa luta contra o comunismo. Este combate possibilitou a construção de um campo de valores, costumes, crenças, normas, expectativas, tradições, ideias, ideais e sensibilidades aos quais os cidadãos deveriam corresponder para não serem enquadrados como subversivos. Tal fato decorre da crença de que a infiltração comunista poderia assumir diversas naturezas (política, econômica, psicossocial, militar) e formas (violência, subversão, corrupção, infiltração ideológica, domínio econômico, desagregação social ou quebra de soberania) (ALVES, 1984:40-45). A “degradação moral” era identificada com o ideário comunista e era vista como uma das armas utilizadas pelo “inimigo interno” para desestabilizar as bases da sociedade com o intuito de disseminar suas ideias. A utilização da temática da moral foi amplamente utilizada para justificar a perseguição perpetrada no período:

“Eu lembro do meu julgamento, a acusação do promotor foi toda na questão de eu ser mulher, por que não tinha no nosso processo muita coisa, por exemplo, ele não descobriu nada da minha participação no movimento estudantil aqui, nada! Eles não tinham referência nenhuma. O que eles tinham é que eu tinha sido presa na Zona da Mata, por que tava trabalhando, fazendo levantamento, inclusive em cima do movimento do pessoal da Zona da Mata que tinha resistido à ditadura e tudo. E ele faz exatamente isso, o meu julgamento é em cima que eu era irresponsável, quer dizer é uma inversão, eu era irresponsável, além de eu ser mulher, ele inclusive diz isso, tá grávida de dois meses e submete o filho a isso aí.”³

Motivados, assim, pela curiosidade, iniciamos uma investigação para compreender como questões de gênero atuam na (re)construção de vivências políticas. O presente artigo tem por objetivo investigar e analisar a produção de uma memória elaborada por e sobre mulheres que participaram do processo de resistência a um regime de exceção que foi o período da ditadura civil-militar no Brasil. A opção pela referida temática decorre da observação de que as mulheres vivenciaram experiências⁴ diversas posto que a sua militância

³ MONTEIRO, Helena Serra Azul. Depoimento realizado dentro da programação da II Jornada Pra Não Esquecer Jamais, realizada pelo Departamento de História - UFC, no dia 28 de março de 2012.

⁴ Para efeito de esclarecimento, a noção conceitual de experiência, por nós utilizada, está baseada na obra de Foucault. Apresenta-se como um espaço de ação no qual são constituídos sujeitos históricos segundo processos definidos historicamente, onde um indivíduo relaciona-se consigo mesmo e com os outros. A experiência da sexualidade, apresentada por Foucault, concerne ao processo de subjetivação dos indivíduos, isto é, à

esteve relacionada não apenas à contestação do regime político da época como também na modificação da percepção das identidades de gênero⁵ e, assim, firmaram sua presença no espaço político e colocaram em xeque valores e hierarquias estabelecidas no código social vigente onde a mulher é comumente percebida em um papel secundário e passivo (FERREIRA, 1974:107). Ao abraçarem uma causa coletiva, como a oposição à ditadura militar implantada no Brasil, romperam com o que era esperado de uma mulher, adotando outras identificações até então a elas negadas. Assim, para além de sua militância de luta e resistência, percebemos que no bojo desse processo, essas mulheres quebraram e (re)elaboraram normas e toda uma gama de valores que a sociedade impunha e que afetava de forma incisiva a vida delas.

A trajetória da formação do gênero enquanto uma categoria de análise histórica passa pelo campo da história das mulheres. No domínio das ciências humanas, a disciplina História foi a que mais tardiamente incorporou as mulheres em suas análises por entender que no caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria “homem”, as mulheres estariam, igualmente, contempladas, o que não correspondia à realidade (SOIHET e PEDRO, 2007: 281). Por tal motivo, inicialmente, tratar da mulher na história significava reparar uma exclusão.

Com o desenvolvimento de novos debates sucedidos no campo da história das mentalidades, da história cultural e da história social, ocorreu um avanço na abordagem do feminino. Concomitante ocorreu a ampliação do leque de fontes a serem utilizadas pelo historiador e outros agentes históricos, como as pessoas comuns, inclusas as mulheres, puderam ser incorporadas pela historiografia. Destacamos a posição assumida pela história social, “cuja preocupação recai sobre as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais, até então excluídos do interesse da história” (SOIHET e PEDRO, 2007: 285). Ao permitir uma abordagem do cotidiano, dos papéis informais e das mediações sociais, a

constituição de si como sujeitos de uma prática moral. Uma experiência histórica é a ação de tornar-se sujeito dessa experiência. Cf.: FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 12.

⁵ O termo identidade de gênero é utilizado, dentro desta proposta de pesquisa, para referir-se ao gênero que certa pessoa atribui-se tendo como base o que tal indivíduo reconhece como indicações de identificação social de gênero (roupas, corte de cabelo, etc.). Acreditamos que a identidade de gênero pode ser afetada por uma variedade de estruturas sociais, incluindo trabalho, religião, família, dentre outros.

história social permitiu uma análise que capte o significado das sutilezas, trazendo à tona processos históricos de outra forma impossíveis de serem desvendados.

Devemos esclarecer, no que diz respeito à categoria gênero, que tal termo começou a ser utilizado a partir dos anos de 1960. As primeiras abordagens ocorreram por conta do movimento feminista na luta pela visibilidade da mulher, portanto o termo só começa a sofrer uma teorização e uma utilização mais sistêmica no âmbito acadêmico na década de 1980 (SCOTT, 1992). Através do trabalho de Joan Scott iniciou-se um movimento que propunha a ultrapassagem dos limites descritivos do gênero. Scott argumentava que desta forma gênero seria apenas um conceito associado aos estudos de aspectos relativos às mulheres, sem força de análise para interrogar e mudar os paradigmas históricos existentes. Os trabalhos produzidos incidiam apenas em temas nos quais a relação entre os sexos era mais evidente, como mulheres, crianças e família. Gênero não era aplicado na análise de historiadores que trabalhavam com o político, o poder, e o resultado desta posição foi a adesão a uma visão funcionalista fundamentada na biologia e a perpetuação da idéia dos campos separados na escrita da história: sexualidade ou política, família ou nação, homens ou mulheres (SCOTT, 1991).

Gênero passou a ser entendido como uma categoria de análise histórica, ou seja, como um meio de perceber e analisar as relações sociais e seus significados, onde pode ser utilizado “como uma forma de afirmar os componentes culturais e sociais das identidades, dos conceitos e das relações baseadas nas percepções das diferenças sexuais” (PINSKI, 2009: 163). Tal categoria é percebida como uma criação social das ideias sobre as identidades⁶ definidas para homens e mulheres, possuindo, desta forma, as concepções sobre o masculino e o feminino uma historicidade (SCOTT, 1991) que deve ser percebida através das práticas culturais construídas na vivência das relações sociais.

⁶ O processo de construção da identidade é uma relação social, isso significa que sua definição está sujeita a vetores de força, e a relações de poder não são simplesmente definidas, mas impostas. O processo de identificação, diferenciação, é responsável por reconstruir, reproduzir a alteridade, por definir quem é o “outro”, e torná-lo identificável, invisível, previsível. A diferenciação resulta na hierarquização, pois divide, separa, classifica, normaliza. Fixar uma normalidade significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais, as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. Cf.: . SILVA, Tomaz Tadeu da. “A produção social da identidade e da diferença”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.p. 81.

É importante ressaltar que a intenção deste trabalho não é fazer uma “história das mulheres”, mas trazê-las para a pesquisa, “mostrando que as relações feminino/masculino são relações socialmente construídas, culturais e históricas. E que não se pode falar das mulheres sem falar das relações entre homens e mulheres” (COLLING, 1997: 116), relações que se desenvolviam no mais diversos ambientes, como o ambiente de trabalho a escola, o núcleo familiar, os relacionamentos amorosos: “Meu ‘romance’ com Lúcio acabou, o sectarismo e o machismo dele eram insuportáveis, talvez precisasse de uma mulher que pensasse e agisse como ele. Eu queria rir, divertir-me, dançar e sonhar, ingênua não percebia que a militância me levaria à clandestinidade.”⁷ Compreendemos que a perspectiva das relações de gênero é relevante para este estudo, pois trata-se de um período em que as ideias de movimentos, como o feminista, se tornavam mais divulgadas em todo o mundo ocidental e levavam à mudanças sociais importantes, mesmo estando o país mergulhado em um governo autoritário. Se num primeiro momento era raro o aparecimento de mulheres na cena pública oficial, nos movimentos de esquerda elas estavam presentes como apoiadoras e guerrilheiras, junto com os homens.

Consideramos, portanto, que a importância da pesquisa proposta neste projeto reside não só nas lacunas, dentro da área historiográfica, de pesquisas focadas na problematização da memória socialmente construída em torno da participação das mulheres nos movimentos de contestação ao regime ditatorial, enquanto forma de emancipação social e política; como também por investigar e analisar questões relacionadas ao modo como as identidades de gênero foram vivenciadas no que se refere à atuação feminina no processo de resistência ao regime militar. Neste momento no qual existe uma preocupação especial com a questão, tendo em vista a criação da Comissão Nacional da Verdade e os trabalhos empreendidos pelo Projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional e pela Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara (PE), compreendemos que tão importante quanto a reconstrução histórica do período ditatorial do Brasil é compreender a memória sobre tal momento, seu conteúdo simbólico e imaginário e também sua força identitária, posto que se tornou sinônimo de juventude e rebeldia (ARAÚJO, 2009: 17), em

⁷ Processo de Beliza Maria Guedes Gonçalves, n.º de protocolo 04270047-7. Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou - Secretaria de Justiça do Estado do Ceará - SEJUS

especial para as mulheres, por força da eclosão da revolução sexual e da atuação dos movimentos feministas.

Ao atentar para as especificidades da experiência social em que se situam os agentes que propusemos estudar, analisaremos a dinâmica empreendida no processo de produção das memórias, onde configura-se de vital importância a constituição social de temporalidades⁸, compreendendo as múltiplas formas de composição dos lugares de memória, ou seja, a observação “de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” (ALBERTI, 2005: 23). Compreendemos que as construções de sentidos para o pretérito são feitas a partir das múltiplas relações e, desta forma, apresentam-se como um fértil campo para a pesquisa histórica. Tal investigação deverá ser realizada através de uma aproximação com o passado, a partir da elaboração que nossos agentes fazem sobre as dinâmicas de cultura e poder nas relações sociais, visto que vivenciaram valores e sensibilidades enredadas em tensões sociais.

A curiosidade acerca deste tema surgiu quando de nossa inserção no Grupo de Pesquisas e Estudos em História e Gênero (UFC), com participação na pesquisa intitulada “Homens e mulheres contra o inimigo: a mobilização do gênero pela ditadura militar brasileira (1964-1985)”, tornamo-nos curiosos sobre a relação entre a atuação feminina militante e o regime ditatorial.

Por conta disto, a motivação primeira e única deste trabalho era investigar como, em um regime de exceção que foi o período da ditadura civil-militar no Brasil, as identidades de gênero foram alteradas ou reforçadas e, portanto, mobilizadas⁹ no que se refere à atuação feminina no processo de resistência ao regime militar no Ceará. No entanto, no decorrer de nosso trabalho empírico com as fontes fomos observando que o processo de produção da

⁸ Entendemos por temporalidade determinada forma de percepção e organização geral do tempo que apresenta características predominantes que a qualificam e a diferenciam historicamente das outras, ou seja, “formas variadas e predominantes de se conceber o tempo histórico nas várias sociedades e nas várias épocas, ou, em algumas situações, no interior mesmo de determinados setores de uma sociedade historicamente determinada”. In: BARROS, José D’Assunção. “Os usos da temporalidade na escrita da História”. *Saeculum* – Revista de História: João Pessoa, n. 13, jul-dez. 2005. p.145.

⁹ A palavra mobilização é normalmente utilizada, em um contexto militar, para descrever a preparação do exército. Devido ao clima de guerra contra o comunismo instaurado no Brasil com a chegada dos militares ao poder, entendemos que o referido termo nos auxilia a compreender como as identidades de gênero foram utilizadas em prol de uma causa, no caso específico a da resistência ao regime militar.

memória envolve lembranças e impressões evocadas pela rememoração que os indivíduos se propõem a realizar, ou seja, “acabam por provocar uma ‘revivência’ desse passado ao atualizá-lo” (FERREIRA, 1996: 79). Tal atualização decorre do fato que a elaboração dessas memórias é realizada em uma temporalidade fora do eixo daqueles acontecimentos, em um contexto histórico-cultural diverso do original. No entanto, o contato entre tais momentos não está rompido devido a existência de uma rede de significados tecida entre o passado (rememoração entendida como processo de recordação dos entrevistados) e o presente (contato das lembranças com o contexto atual procedendo a uma atualização) (FERREIRA, 1996: 79).

Tal rede de significados passou a ser compreendida por nós como a produção de uma memória militante¹⁰ visto que compreendemos o cruzamento particular entre a representação de si, que diz respeito a uma identidade narrativa ou cultural, e a identidade ligada ao papel social, encenada nas relações políticas, profissionais e afetivas (PASSERINI, 2011: 83). Desta forma, percebemos semelhanças entre o desenvolvimento da vida e o desenvolvimento da narrativa, como podemos observar no seguinte trecho da entrevista de Maria do Carmo Serra Azul:

“Parecia que greve, essas coisas, me perseguiram. Houve uma greve dos fazendários em 2000. Nessa altura eu tava como diretora dum núcleo da Fazenda, aqui em Fortaleza. Aí, o que é que acontece, começa a exigir que entregasse os grevistas. Quando começaram a pressionar muito eu pensava: ora seu eu não abri nem por tortura, agora vou entregar gente por causa de um cargo (...)”¹¹

¹⁰ Devemos destacar que o termo “memória militante” surgiu a partir da reflexão sobre um depoimento para a produção do documentário “Vou contar para meus filhos” (2011), na qual a narradora afirma que a ação de contar a sua história representa para ela a continuação da militância. A partir de nossas pesquisas bibliográficas verificamos que o historiador Odilon Caldeira Neto utiliza este referido termo em seus estudos sobre a Ação Integralista Brasileira com o intuito de afirmar que a formação de uma memória militante constitui uma estratégia para a construção da história do movimento integralista em seus diversos momentos. Cf. CALDEIRA NETO, Odilon. “Miguel Reale e o integralismo: entre a memória militante e as disputas políticas.” In: **Revista Espaço Acadêmico** (Universidade Estadual de Maringá), v. 126, p. 01-10, 2011 e “Galinhas Verdes ou Galos de Briga? Neointegralistas, memória militante e o uso da charge como estratégia política”. **Domínios da imagem** (Universidade Estadual de Londrina), v. 5, p. 95-105, 2011.

¹¹ SERRA AZUL, Maria do Carmo Moreira. Depoimento, setembro de 2011, Fortaleza. Entrevistadora: Raquel Caminha Rocha. Acervo da pesquisadora.

Visualizamos, portanto, a existência de uma produção de significados em torno da participação feminina no processo de resistência a ditadura civil-militar brasileira. Entendendo cultura, a partir da ótica de Geertz, como um conceito semiótico, devemos procurar no estudo das relações de gênero significados, posto que “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu” (GEERTZ, 1989: 4) e a cultura, portanto, constituiria essa teia e sua análise deve se basear em um método interpretativo na busca destes significados. De acordo Williams, a cultura articula instituições, imiscui-se na política, faz girar capital, promove e contesta valores, enfim, faz parte da vida cotidiana e participa da vida de todos nós, consiste, portanto, em estruturas de significados socialmente estabelecidas (WILLIAMS, 1969: 335). Consequentemente, tudo que é humano possui uma dimensão simbólica que lhe dá sustento, e todas as nossas decisões são tomadas a partir desses símbolos e imagens públicas que organizam o mundo e lhes conferem uma identidade. Há então um “tecido simbólico” a ser desvendado, um padrão de significados construídos e transmitidos historicamente. Consideramos o comportamento humano uma ação simbólica e tomaremos um de seus aspectos, a produção de memórias, como base desta pesquisa nos indagando qual sua importância para o sujeito e o que está sendo transmitido com a sua ocorrência e através de sua agência.

As práticas culturais constituem, portanto, relações de poder, pois envolvem complexas maneiras de demarcar tempos e espaços que se encontram situados em um jogo de tensões diante de outras experiências. Ao estudar os significados presentes nestas vivências buscamos recuperar a experiência do passado, como partes constitutivas de lutas em torno de ideias e valores. Faz-se necessária, portanto, a profundidade de uma análise cultural. Não isolaremos os grupos oposicionistas do clima cultural da época, pois é nossa intenção revelar processos em curso na sociedade, processos nos quais ninguém está isento enquanto partícipe de nosso tempo:

“Quando a gente tava mais adolescente, os grupos que a gente participava era mais ligado à Igreja, a parte mais progressista. (...) Aí começou com esses movimentos da Igreja, que era inclusive ligada à JEC – Juventude Estudantil Católica¹² – isso mais ou menos em 67, eu estava com 14 anos em 67 (...)”¹³.

¹² A atuação dos militantes estudantis de agremiações da Ação Católica, como a Juventude Estudantil Católica (JEC), da qual a entrevistada fazia parte, resultaram na formação da Ação Popular (AP) que foi um movimento

Narrativas como esta, nos possibilitam identificar quem eram essas mulheres e compreender as significações elaboradas por elas sobre sua integração e participação nos movimentos de resistência, significações que estavam atreladas as discussões que ocorriam na sociedade naquele período, como o papel da Igreja e do cristianismo diante das mudanças em curso.

Compreendemos, portanto, que investigar a participação das mulheres nos movimentos de oposição, necessariamente se faz através da análise das trajetórias¹⁴ desses agentes:

“Eu nunca bati, nunca ensinei, nunca mandei. Por exemplo, com elas pequenininhas eu botava o dinheiro em cima da mesa e dizia: olha, esse mês o que é que nós vamos fazer? Então elas aprenderam a administrar e decidir sobre o quê que era bom para nós desde pequenininhas”¹⁵.

Essa investigação, a partir das narrativas, nos fornecerá subsídios para pensar suas experiências de militantes, bem como a experiência de mães, esposas, irmãs, estudantes, profissionais, cidadãs, para que possamos analisar a construção de uma memória militante.

Deste modo, o que se pretende problematizar com esta pesquisa são as formas de produção da memória por e sobre mulheres acerca de sua militância política. Quais as razões que levaram estas mulheres a participarem politicamente deste momento de tensão nacional em um movimento de contraposição à ditadura? Quem eram essas mulheres? Como eram ou se sentiam vistas pelos diferentes grupos sociais diante de sua inserção em movimentos de

político nascido em junho de 1962. Cf.: MAIA, Edmilson Alves. **Memórias de luta**: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969). Fortaleza, Edições UFC, 2008. p. 42-43.

¹³ FONSECA, Iracema Serra Azul da. Depoimento, agosto de 2011, Fortaleza. Entrevistadora: Raquel Caminha Rocha. Acervo da pesquisadora

¹⁴ Para efeito de esclarecimento, a noção conceitual de trajetória, por nós utilizada, é a apresentada por Bourdieu em BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 12006. p. 183-191. Bourdieu, em suas análises, argumenta que esta é um dos muitos caminhos possíveis, entre uma série de possibilidades, que pode ser seguido por indivíduo, ou pelo grupo, em um campo determinado, estando este sujeito a transformações. Identificamo-nos com tal definição ao considerarmos a militância de mulheres “em contraste com os demais caminhos abertos para as mulheres de sua geração”. Cf.: GOLDENBERG, Mirian. **Mulheres e Militantes**. **Revista Estudos Feministas**: Instituto de Estudos de Gênero: Florianópolis, v.5, n.2, 1997. p.350.

¹⁵ ALMEIDA, Maria Quintela de. Depoimento, junho de 2012, Fortaleza. Entrevistadora: Raquel Caminha Rocha. Acervo da pesquisadora.

oposição? Que influência sua identidade de gênero teve em suas atividades políticas? Que impacto a militância política teve em suas vidas?

Entendemos que tais estudos, em torno da experiência social, nos permitem trabalhar com as significações de poder¹⁶ em torno das relações de gênero tanto nos espaços oficiais como nas vivências do cotidiano. Para tanto se faz necessário recorrer não apenas à documentação institucional existente como também à memória que foi construída em torno dele. Ao refletirmos sobre atuações políticas das mulheres devemos avaliar uma série de transformações sociais com impacto em suas vidas e nas relações de gênero. Tais mudanças atuam na composição das memórias, fazendo com que ações passadas sejam revistas ou mesmo negadas, na medida que esses agentes (re)criam e experimentam as dinâmicas de cultura e poder nas relações sociais onde vivenciam valores e sensibilidades enredadas em tensões sociais.

Estamos convencidos da importância de encarar o problema histórico dos movimentos de oposição à ditadura civil-militar em um plano não apenas factual. Acreditamos ser indispensável compreender outros aspectos deste contexto histórico. De acordo com Passerini, as dimensões intelectual-psicológica e simbólica são indispensáveis para a compreensão de memórias sobre regimes políticos ditatoriais (PASSERINI, 2011: 35-37). Sem recorrer à categoria de gênero ou ao conceito de experiência, permanecerão incompreensíveis as relações de gênero nos grupos opositoristas, a atuação feminina dentro destes, a adesão das camadas juvenis a esses movimentos, bem como a sua própria origem, para a qual não são satisfatórias as explicações dadas em termos políticos e institucionais, e a própria memória sobre a luta contra o regime militar, implantado no Brasil em 1964, e as relações de gênero que a permeiam e a qual objetivamos pesquisar.

¹⁶ Por significações de poder entendemos, de acordo com a abordagem de Bourdieu, que o intitulado poder simbólico, elemento fundamental dentro das sociedades no que tange aos elementos de dominação e conservação do *status quo*, aparece como um mecanismo de imposição de significações como os símbolos, bem como um elemento de legitimação da ordem estabelecida. Cf.: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 236-240

Bibliografia.

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ARAÚJO, Maria Paula. “Disputas em torno da memória de 68 e suas representações”. In: FICO, Carlos e ARAÚJO, Maria Paula (orgs.). **1968 – 40 anos depois: História e Memória**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.
- BARROS, José D’Assunção. “Os usos da temporalidade na escrita da História”. **Saeculum – Revista de História** [13]; João Pessoa, jul-dez. 2005.
- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- _____. **O poder simbólico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- FERREIRA, Luiz Pinto. **Curso de Educação Moral e Cívica**. Rio de Janeiro: José Konfino Editor, 1974.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GOLDENBERG, Mirian. Mulheres e Militantes. **Revista Estudos Feministas**. Instituto de Estudos de Gênero: Florianópolis, v.5 n°2, 1997.
- MAIA, Edmilson Alves. **Memórias de luta: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969)**. Fortaleza, Edições UFC, 2008.
- PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- PINSKI, Carla Bassanezi. “Estudos de Gênero e História Social”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 17 (1): 296, Janeiro-abril/2009.

SALVATICI, Sílvia. “Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres”.

História Oral: Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral. v. 8. n. 1.

SCOTT, Joan. “História das mulheres”. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História:** novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 64-95.

_____. **Gênero:** uma categoria útil para a análise histórica. trad. Christine Rufino Dabat, Recife, 1991, (mimeo).

SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero”. **Revista Brasileira de História.** São Paulo. v. 27, n. 54.

SILVA, Tomaz Tadeu da. “A produção social da identidade e da diferença”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade.** São Paulo: Nacional, 1969.